

Entrevista com Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)

Ademir Luiz da Silva*

Cristiano Alencar Arrais, professor da Universidade Federal de Goiás, na graduação e na pós-graduação, é um nome que tem se destacado na nova geração de historiadores que pensam Goiás, expandido suas reflexões no sentido de mapear as relações históricas do estado com o Distrito Federal e Minas Gerais. Sua tese de doutoramento “Projeções Urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo histórico na construção das cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília”, defendida em 2008 na Universidade Federal de Minas Gerais, é um documento desses esforços. Dono de sólida formação teórica, Alencar Arrais está lançado pela Editora da UFG o livro “Mobilidade Discursiva – o periodismo político em Goiás”, no qual analisa o papel desempenhado pela imprensa no cenário político goiano nas décadas de 1920 e 1930. Nessa entrevista, o professor disserta sobre o que pode ser entendido como “opinião pública” e “liberdade de imprensa” no começo do século XX em Goiás, as disputas entre Pedro Ludovico e a família Caiado, a revolução de 30, a necessidade de possuir base teórica nos estudos históricos e sobre a importância de saber ler os monumentos dispostos ao longo do eixo monumental da Avenida Goiás.

ADEMIR LUIZ: Ao longo do livro são apresentados diversos jornais situacionistas e oposicionistas existentes em Goiás nas décadas de 1920 e 1930, como “Voz do povo”, “A Colligação”, “O Democrata”, “A Razão” (do qual surgiria “O Popular”) etc. Por meio deles os atores políticos goianos se posicionavam frente à opinião pública. Sendo a sociedade da época majoritariamente rural e analfabeta, quem eram os leitores desses jornais, quem representava de fato essa “opinião pública”?

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente do programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Pós-doutor em Poéticas Visuais e Processos de Criação pela FAV / UFG. Correio eletrônico: ademir.hist@bol.com.br

CRISTIANO ALENCAR ARRAIS: Defendo que essa noção de “opinião pública” deve ser aplicada de forma muito cautelosa em relação aos periódicos goianos dessa época. Primeiro porque, como “obras políticas”, cada um desses periódicos possuíam uma *direção*, um *sentido* e uma *força*. Por isso, ao informar sobre um tema eles *formavam* seu público, impulsionam à ação e sobretudo mapeiam um campo de experiência compartilhado. Eles eram utilizados para tornar público o lugar dessa agremiação dentro de um quadro político. Mas eram também instrumentos de comunicação com seus simpatizantes. Agiam então como promotores de ideias diretrizes e lugares a partir dos quais estabeleciam o debate com os outros grupos políticos e seus respectivos meios de comunicação. Além disso, é preciso avaliar se havia ou não um efetivo enraizamento desses jornais na vida social dessa população. E essa é uma pergunta de difícil resposta porque não temos informações muito claras. A tiragem desses periódicos poderia nos fornecer alguns indicadores mais precisos. Mas nos jornais que foram objeto de minha pesquisa não encontrei qualquer tipo de referência sobre isso. Temos, entretanto, informações sobre preço de assinatura, dos números avulsos, dos números atrasados etc. Por exemplo: em 1927, o valor da assinatura anual do jornal *Voz do Povo* era de 15\$000. Já o periódico *O Democrata*, em 1922 tinha sua assinatura anual no valor de 12\$000. É preciso, neste caso, estabelecer uma comparação, não com os valores de jornais atuais, mas com o preço dos produtos do período. Por exemplo: uma réstia de alho e uma dúzia de ovos custava 1\$000. O quilo do “macarrão amarelo ou semollino”, custava 4\$000. Já o número avulso de *O Goyas*, de 1919, custava \$320. É difícil, portanto, afirmar categoricamente se esses jornais eram vendidos a preços populares ou não.

AL: Como se dava o processo prático de produção e distribuição desses jornais? Eram organizados em forma de redação? Ou seja: havia jornalistas profissionais trabalhando neles ou apenas colaboradores comprometidos com a tendência política de cada periódico? Em média quais as dimensões em páginas, tiragem e periodicidade desses jornais? Havia gráficas que pudessem prensá-los em Goiás ou vinham de fora?

CAA: Essas são perguntas importantes porque permitem pensar a estrutura externa desses periódicos. Primeiro: são semanários e não diários. Posso estar enganado, mas creio que o primeiro diário de Goiás foi *O Popular*. Esse é um dado importante porque nos permite pensar o tema da circulação desses periódicos entre os municípios. De uma edição para outra,

os periódicos podiam circular e seus textos podiam ser lidos em boa parte do estado. Como isso pode ser comprovado? Pela identificação das referências cruzadas, nos periódicos. É importante lembrar ainda que todos estes periódicos eram rodados aqui em Goiás. Dois deles me chamaram mais a atenção. Primeiro, *Voz do Povo*, capitaneado por Mário Caiado, com a colaboração de membros do Judiciário. O periódico funcionava na rua Senador Eugênio Jardim, a quatro casas do Tribunal de Justiça. Ele estava numa localização oposta ao semanário situacionista da Primeira República, *O Democrata* (após a Revolução de 1930, seu maquinário foi aproveitado para a produção de outro periódico, *A Colligação*): na rua 13 de maio, nº 17, pouco abaixo da praça do chafariz, no bairro do Rosário. Além disso, gostaria de destacar que o periodismo goiano possuía uma vitalidade inquestionável. Exímios escritores militavam nestes jornais, tais como Laudelino Gomes, Alfredo Nasser, Domingos Vellasco, Claro Godoy e Zoroastro Artiaga. Nenhum deles, entretanto, pode ser chamado de jornalista profissional.

AL: O senhor recupera diversas colunas e reportagens demonstrando que era comum o uso de insultos pesados dirigidos a poderosas figuras públicas. Isso de ambos os lados. O grupo do qual emergiu Pedro Ludovico atacava violentamente o governo dos Caiado e após 1930 a família Caiado, convertida em oposição, usou do mesmo expediente. Mesmo considerando o fato de que esses jornais eram representantes de facções políticas poderosas que bancavam seus posicionamentos, é possível afirmar que havia certa “liberdade de imprensa” em Goiás?

CAA: Até por volta de 1935, mesmo com casos isolados de violência e denúncias difíceis de serem averiguadas, creio que sim. Após essa data, definitivamente, não. Essa resposta parte de perguntas relativamente simples: por que temos tantos periódicos de oposição ao domínio caiadista, circulando com regularidade, até 1930? Por que, a partir de 1936 – portanto antes da decretação do Estado Novo – os jornais de oposição ao grupo ligado a Pedro Ludovico Teixeira deixam de circular? Será que isso ocorreu porque instalou-se em Goiás um clima de harmonia entre os agrupamentos políticos?

AL: Em diversos momentos do livro, o senhor destaca que os jornais goianos dispensavam pouco espaço para as questões nacionais, fixando-se quase que exclusivamente no cenário e nas disputas internas. Ao que o senhor atribui essa tendência de linha editorial?

CAA: Ao interesse pelas disputas locais, evidentemente. No caso dos periódicos, essa tendência é explicada em função das divergências e tensões existentes na arena política regional: o aumento do número de desembargadores no Tribunal de Justiça, a candidatura de Alfredo Lopes de Moraes à presidência do estado, a transferência da capital, a transformação da Cidade de Goiás em “estância hidromineral”. Estes temas fomentavam as disputas na arena política. Muito embora sejam importantes as análises que interpretam o processo político goiano a partir da dinâmica nacional, penso que esse tipo de modelo corre um sério risco de ignorar a riqueza existente no âmbito local. Não estou a negar a existência de alinhamento entre a arena política nacional e as demandas regionais. Pelo contrário. Mas ao menos na primeira parte dessa obra, meu interesse está justamente em reconstituir um pouco desse mundo político tão rico.

AL: Estabeleceu-se no senso comum, talvez por força da influência do ludoviquismo, uma espécie de demonização da família Caiado. Porém, seu livro coloca a questão em perspectiva, mostrando que, na prática, não havia disputa ideológica, mas disputa de poder. Como compreender, por exemplo, a figura de Totó Caiado nesse panorama onde, em suas palavras, Pedro Ludovico foi resultado da “construção de um herói que se encaixa numa compreensão de tempo específica”?

CAA: Essa pergunta está no cerne de minhas preocupações. A pequena provocação, encontrada nas orelhas do livro, remete a ela: retiradas todas as referências temporais dos textos publicados nos periódicos do período, seria possível associá-las a algum grupo político? Dificilmente. Em outras palavras, nosso problema com as interpretações desse período não se encontra nos periódicos ou em qualquer outra documentação que estes dois grupos políticos produziram. Se encontra no tipo de interpretação que os historiadores acabaram por construir, a partir delas. Essa demonização de uma facção política é recurso comum, utilizado nas disputas políticas, seja em 1930, seja atualmente. E não vejo problema nisso. Para a historiografia o importante é efetuar um deslocamento desse tipo de interpretação maniqueísta. Ao dar credibilidade aos periódicos e demais fontes criadas pelo grupo associado a Ludovico, por exemplo, acabamos caindo numa espécie de armadilha interpretativa. O resultado disso é uma análise reducionista que transforma indivíduos em heróis e vilões. E, tenho certeza, empobrece trajetórias pessoais tão ricas quanto de Totó

Caiado e Pedro Ludovico. Nesse sentido é que reafirmo, não existe nenhum problema com o passado. O problema está na historiografia.

AL: Segundo o historiador Noé Freire Sandes, autor da apresentação do livro, a grande pergunta que levantou foi “o que teve a revolução de 1930, em Goiás, de revolucionária?”. Destaco a ênfase que o senhor deu na palavra “revolução”. Atualmente, vivemos uma polêmica acerca da utilização desse termo em contraponto a “golpe”, sobretudo no que se refere a atuação dos militares em 1964. Nesse sentido, refaço sua pergunta: o que teve a revolução de 1930, em Goiás, de revolucionária, descharacterizando-a enquanto golpe?

CAA: A meu ver, estamos diante de uma questão conceitual e política: qual a importância em definir um acontecimento, ou conjunto de acontecimentos, como *revolução* ou *golpe*? Em minha opinião, essa definição está associada ao tema da legitimidade política ou social de um governo, mas também aos fundamentos sócio-políticos de uma democracia constitucional, como é o caso brasileiro, atualmente. Em 1930, tanto no Brasil quanto em Goiás, não havia um ambiente político ou social que questionasse a legitimidade dos governos constituídos, apenas interesses de mando. O mesmo tipo de afirmação pode ser feita sobre o Brasil de 1964, em que pese o interesse de certas interpretações em contestar o fato de que o estado democrático de direito foi suprimido. Esse tipo de interpretação, acho, está vinculada seja à frágil alegação de que existia um “perigo comunista”, a um empirismo ingênuo que remete às fontes oficiais que efetivamente utilizam o termo revolução para tratar do evento ou então, a um tipo de relativismo historiográfico perigoso. Podemos falar de “crise do populismo”, “reação conservadora” etc. Mas a utilização do termo “revolução” é historiograficamente e politicamente contestável a meu ver. Em outro nível, me pergunto: o que teve de revolucionária a revolução de 1930? A meu ver, em termos políticos, pouco. A estrutura de mando foi alterada? O personalismo político foi abandonado? A resposta a essas duas perguntas é não. Em termos socioeconômicos ocorreram mudanças. A construção de Goiânia, nesse sentido, foi providencial porque funcionou como dinamizador da economia regional. Basta-nos observar os indicadores econômicos e demográficos do estado de Goiás, em 1920 e em 1950. É sobre este ambiente híbrido que se debruçam os estudos sobre a modernização em Goiás.

AL: Sua tese de doutorado compara os processos de criação de três cidades planejadas: Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. No livro “Mobilidade Discursiva”, o senhor defende que “o conceito de modernidade foi apropriado pelas elites políticas do período”. Como pensar a construção de uma nova capital, Goiânia, caracterizada por sua vinculação com a estética moderna, a partir dessa afirmação?

CAA: Novamente estamos frente a um problema conceitual. Pessoalmente, me incomodam afirmações categóricas sobre a modernidade da nova capital. Na maioria das vezes ou elas partem de uma comparação com traçado oitocentista da Cidade de Goiás ou do simples fato de a nova capital ter sido criada a partir de um projeto urbano racional, segundo moldes europeus etc. Vale lembrar que se o critério para definir a modernidade de uma cidade fosse a existência de um projeto racional, muitas cidades da América colonial deveriam ser também consideradas: “implantar a ordem para prevenir a desordem” era, se não me engano, uma máxima seguida pelos administradores coloniais. Acho que a noção de apropriação é fundamental para essa análise. É claro que podemos enxergar a filiação de Versalhes ou das *garden cities* inglesas, por exemplo, em Goiânia. Mas tomar essa referência como parâmetro significa trabalhar com modelos pré-estabelecidos e ignorar a riqueza e o potencial dos projetistas. Atribuir o título de moderna a uma cidade em virtude de ela seguir os padrões europeus significa tomar a Europa como modelo. Aquilo que foge ao modelo é considerado como deturpação, desequilíbrio, farsa etc. Penso o contrário: aquilo que foge ao modelo é sinônimo de criatividade, de adaptabilidade e novidade. E não são estes os termos que caracterizam a modernidade? Não é justamente em função desses atributos que cultuamos os trabalhos de Niemeyer? Porque outra razão o projeto de Lucio Costa foi vencedor do concurso para o Plano da nova capital federal? O mesmo pode ser dito em relação à escolha do *art déco*. Foi, talvez, a escolha mais feliz. Não só porque conseguia se adaptar às condições financeiras do estado de Goiás, à época, mas porque foi utilizado de modo criativo em muitas das construções e reformas de residências e comércios em Campinas. Essas “soluções novas” são indícios preciosos para compreendermos as especificidades da condição moderna em Goiânia.

AL: Em sua tese, o senhor defende que o eixo monumental da Avenida Goiás pode ser interpretado como um discurso acerca da história do Brasil e de Goiás. Como fazer essa leitura?

CAA: Existe uma estrutura narrativa bem definida nesse eixo: o símbolo do transporte moderno, à época (a estação ferroviária); a estátua do bandeirante, com os dizeres “Aos goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes”, que une o movimento de ocupação branca desse território ao novo movimento civilizatório, que teve na Marcha para o Oeste sua elaboração; depois, temos a Torre do relógio e o Coreto, que estão inseridas no conjunto *art decó* do centro da cidade, juntamente com os edifícios da praça Couto Magalhães. Temos ainda outros três marcos importantes: o monumento às três raças, o busto de Pedro Ludovico, em frente ao Palácio das Esmeraldas e por fim o vitral do Palácio que é uma alusão aos principais eventos e processos sociais, econômicos e políticos nacionais. Todos estes marcos foram implantados, ou estavam previstos para serem implantados, por volta da década de 1940. Vale lembrar ainda que no projeto de Goiânia, inexistiu qualquer outra referência a monumentos. Apenas neste eixo. É difícil imaginar que essa saturação de edificações seja algo não intencional.

AL: É perceptível sua preocupação com o embaçamento teórico em suas análises históricas. O senhor não apenas cita Hayden White, Max Weber, José de Sousa Martins e muitos outros, mas realmente diálogo com eles, visando construir sua própria reflexão teórica. Como essa postura se estabeleceu em sua formação? O que acha de pesquisas que abordam a teoria pura?

CAA: Preciso fazer um pequeno desvio em sua pergunta. Até hoje não encontrei um único trabalho que seja de “teoria pura” em história. Na verdade nem sei o que é isso. Quando nos referimos a uma área chamada “Teoria da História” o fazemos por uma exigência pragmática, didática e processual. Nesse sentido todo trabalho de história é também um trabalho de teoria da história. Alguns trabalhos objetivam produzir conhecimento sobre eventos, processos, estruturas, instituições, fenômenos culturais etc. Outros procuram refletir sobre a própria produção do conhecimento histórico, seus conceitos, seus fundamentos, seus vínculos filosóficos. Esses dois tipos de abordagem contribuem para o refinamento de nossos instrumentos de análise da experiência humana. Nesse sentido, meu trabalho tem sim, uma preocupação conceitual. Mas todo trabalho de história tem ou deve ter essa preocupação. Quando não a tem, torna-se presa fácil do dogmatismo e do lugar comum.

AL: Em parceria com o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira, professor da Universidade Estadual de Goiás, o senhor escreveu dois livros didáticos: História de Goiás e História do Distrito Federal, ambos publicados pela editora Scipione. Como foi o desenvolvimento desses projetos e qual a perspectiva teórica que abordaram?

CAA: Esses foram dois trabalhos me deram muita felicidade. Primeiro, porque trabalhei com o professor Eliézer, um dos mais brilhantes historiadores da minha geração. Depois porque pudemos mergulhar em um tema tão caro a nós dois: a história regional. Com esses dois livros nos foi oportunizado a possibilidade de dialogar diretamente com nossos colegas professores e com os alunos sobre uma quantidade significativa de temas. Para o Distrito Federal, por exemplo, partimos de uma pergunta relativamente simples “quem é você?”. A partir daí, seguindo a teoria narrativa de Paul Ricoeur, pensamos o processo de formação da identidade que, nesse espaço historicamente plural que é a capital federal, é um dos temas mais importantes. No caso de Goiás, nossa atenção voltou-se para o tema do patrimônio e para a valorização da experiência local. Tentamos fugir à clássica interpretação da história de Goiás que se resume ao esquema: Ouro-Decadência-Goiânia-Modernidade. Essa é uma interpretação ruim a meu ver. Ela ignora a diversidade do território e estabelece um tipo de determinismo processual que reduz a experiência regional à economia e à política. E o mundo é mais rico e bonito que isso, não acha?

Julho e Agosto 2013

